

CORREIO NACIONAL



José Cruz/Agência Brasil

Pagamento pode ser feito em apps, bancos ou lotéricas

PND: prazo para pagar taxa de inscrição termina na quarta

Inscritos na Prova Nacional Docente (PND) não isentos ou que tiveram o pedido de isenção reprovado têm até esta quarta para pagar a taxa de inscrição. O novo prazo foi anunciado na sexta (1º).

A Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança) para pagamento da taxa de inscrição foi gerada no momento da inscrição do participante. Quem precisar baixar novamente a GRU deve acessar a Página do Participante do Sistema PND, com login do portal Gov.br.

O valor da taxa é de R\$ 85 e pode ser pago em qualquer agência bancária, casa lotérica ou aplicativos de bancos.

A prova anual oferece uma oportunidade padronizada de ingresso na carreira docente porque avalia o conhecimento e as habilidades dos docentes, auxiliando na seleção de profissionais para redes estaduais e municipais de ensino. Para as redes de ensino, a prova reduz os custos e a complexidade dos processos seletivos.

Direitos de indígenas e mulheres

A presidência da COP30 está monitorando a forma com que os países abordam os direitos indígenas e das mulheres nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Segundo a diretora executiva da COP30, Ana Toni, até agora apenas 22 países entregaram suas NDCs à COP.

“Estamos olhando para todas as NDCs que estão chegando. queremos que todos os países coloquem as terras indígenas, os direitos indígenas e os direitos das mulheres nas suas NDCs”, disse Ana Toni. O assunto foi debatido nesta terça-feira (5), em reunião conjunta das comissões

Agenda Climática

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) deu início, nesta terça-feira, 5, às atividades que compõem a 2ª Reunião Plenária do mandato 2025-2027.

A relação entre a Agenda Climática e a segurança alimentar e a saúde do Brasil do Mapa da

Fome foram temas abordados nas primeiras mesas temáticas, que contaram com a presença do ministro Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e do presidente da COP 30, embaixador André Corrêa do Lago.

O evento prossegue até esta quarta-feira, 6.

Licença-paternidade de 1 mês

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) divulgou nesta terça-feira (5) uma carta aberta a parlamentares brasileiros pedindo a aprovação de projetos de lei que tratam da ampliação da licença-paternidade para, pelo menos, quatro semanas e que, há anos, aguardam desfecho.

Através de nota, a entidade aponta que soma forças junto à Coalizão Licença Paternidade (Co-Pai), que reúne especialistas, organizações da sociedade civil e entidades científicas em defesa da parentalidade ativa como estratégia de desenvolvimento humano e justiça social.

População em Situação de Rua

Foi sancionada, na segunda-feira, a Lei nº 15.187, que institui o Dia da Luta da População em Situação de Rua, a ser comemorado anualmente em 19 de agosto. A medida foi aprovada pelo Congresso Nacional e assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A

publicação no Diário Oficial da União (DOU) ocorreu na terça. A data faz referência à Chacina da Praça da Sé, ocorrida entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, em São Paulo (SP), quando 15 pessoas em situação de rua foram brutalmente atacadas enquanto dormiam.

Projeto Bolsa Verde

Entre os dias 28 e 31 de julho, foi realizada, no espaço UnB Cerrado, na Chapada dos Veadeiros (GO), a Oficina de Avaliação de Meio Termo do Projeto Bolsa Verde. O evento reuniu técnicos, gestores e representantes de diversas coordenações do Instituto Chico Mendes

de Conservação da Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente e da Fundação Espírito-Santense de Tecnologia para avaliar os avanços e planejar a próxima fase, que promove a inclusão social e produtiva de famílias residentes em Unidades de Conservação federais.

Acidentes elétricos mataram 257 pessoas em 2024

Número aumentou, mas ainda é o menor registro em oito anos

O número de vítimas fatais por motivos de acidentes elétricos aumentou em 2024, mesmo em um cenário em que houve queda no número total desse tipo de acidente. Ao longo do ano, 257 pessoas morreram em decorrência de acidentes com eletricidade, segundo levantamento da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

No ano anterior (2023), os acidentes elétricos levaram a vida de 250 pessoas. Com relação ao número total de ocorrências estava em 782. Baixou para 685 em 2024. Trata-se do menor registro em oito anos.

“A redução de ocorrências (para 685 acidentes com eletricidade) em 2024 indica avanços em ações de prevenção”, explica residente da Abradee, Marcos Madureira.

Segundo o levantamento, entre as principais causas de acidentes estão obras prediais, ligações clandestinas, furto de cabos, manuseio de equipamentos agrícolas próximos à rede, além de cabos energizados no solo e improvisos em instalações domésticas.

Com relação ao aumento no número de mortes (de 250 para 257), isso indica, segundo ele, que mesmo com menos



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Entre as principais causas de acidentes estão obras prediais e ligações clandestinas

acidentes, os riscos se mantêm altos, quando em se tratando de eletricidade.

“Essas ocorrências podem estar relacionadas a fatores como a falta de conhecimento técnico para uma análise correta dos riscos, improvisações em instalações elétricas ou ausência de equipamentos adequados de proteção”, acrescentou.

Para Marcos Madureira, esse cenário reforça a necessidade de expandir a cultura de segurança, “levando informação de qualidade para toda a po-

pulação e intensificando campanhas educativas que possam salvar vidas, como a campanha Agosto Vermelho” – que se encontra em sua terceira edição.

A campanha tem, entre seus objetivos, o de funcionar como um marco de mobilização nacional em torno dos riscos com a rede elétrica, no âmbito da 19ª Campanha Nacional de Segurança com a Rede Elétrica, que tem, como mote, o Movimento Zero Acidentes.

De acordo com a Abradee, a campanha deste ano priorizará

o setor da construção civil, que lidera o número de ocorrências no país. Em agosto está previsto a primeira edição de um workshop online voltado para dicas aos profissionais da construção.

“O ‘aulão da segurança’ ficará disponível no canal do Youtube da associação e contará com a participação de especialistas em segurança das distribuidoras de energia associadas e influenciadores do setor de construção civil, além da Abradee”, informou a associação.

Aleitamento como prática natural e segura

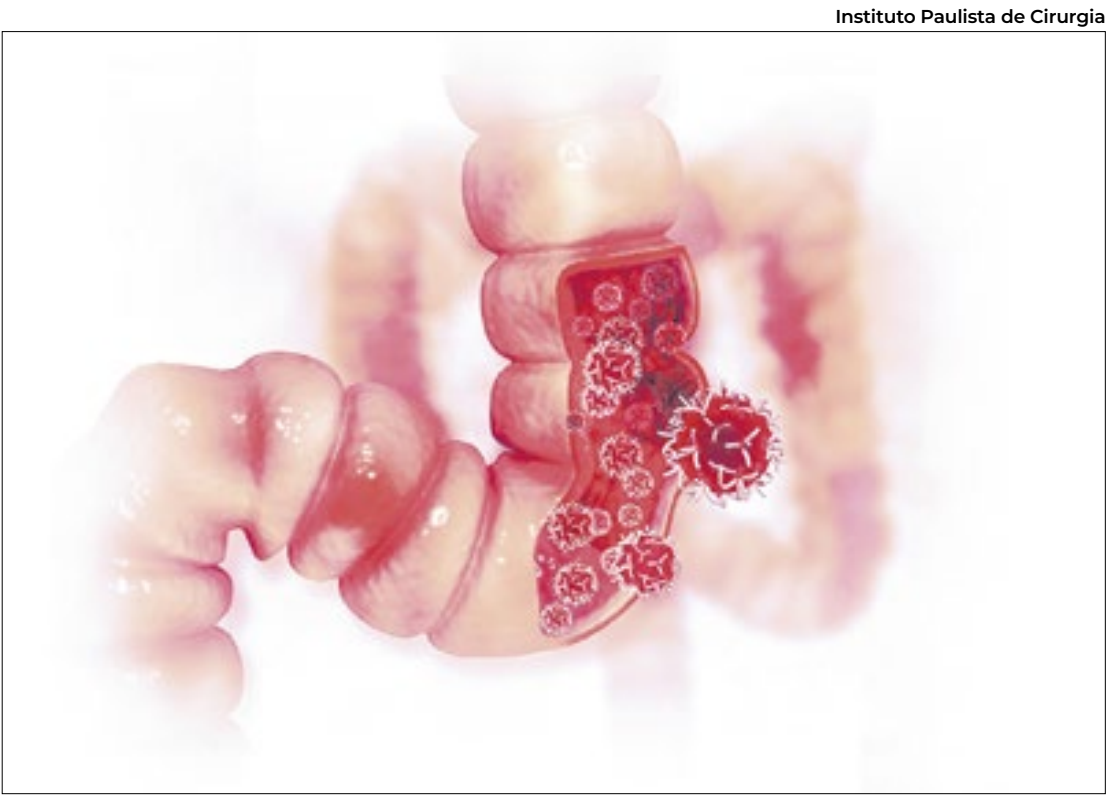
A campanha deste ano da Semana Mundial da Amamentação (SMAM) destaca a importância do apoio à amamentação para a construção de um ambiente mais sustentável e para a redução dos impactos ambientais associados à alimentação artificial.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) destaca que o aleitamento é uma prática natural, renovável e ambientalmente segura, que não gera resíduos, não depende de cadeias industriais poluentes e contribui para reduzir o impacto climático causado pela produção de fórmulas infantis.

“Ao promovermos e protegermos a amamentação estamos investindo em sistemas de cuidado que respeitam o meio ambiente, preservam a vida e reforçam os compromissos com a saúde pública global. Precisamos unir esforços para garantir um suporte contínuo e eficaz à amamentação, por meio da construção de redes de apoio sólidas e duradouras”, diz o coordenador da Rede de Bancos de Leite Humano (RBLH), João Aprígio Guerra de Almeida.

A RBLH, articulada por meio da Fiocruz, é uma das mais expressivas iniciativas de cooperação internacional em saúde pública, contribuindo de forma significativa para a redução da mortalidade neonatal em escala global. A rede também atua ativamente em projetos de cooperação técnica internacional, voltados para o fortalecimento das políticas públicas de saúde neonatal.

Esse modelo de cooperação solidária, desenvolvido no âmbito do SUS, tornou-se uma referência global em inovação social, equidade e saúde pública.



Instituto Paulista de Cirurgia

Maioria dos diagnósticos acontece em fases muito avançadas da doença

Aumento de 36% em mortes por câncer colorretal até 2040

A mortalidade por câncer colorretal deve crescer 36,3% nos próximos 15 anos no Brasil. A projeção está no 9º volume do Boletim Info.oncollect, da Fundação do Câncer, divulgado nesta terça-feira (5), Dia Nacional da Saúde.

Segundo o estudo, o crescimento dos óbitos entre os homens será de 35% até 2040 e, entre as mulheres, de 37,63%. A Região Sudeste deverá ter um aumento de 34% nos óbitos e também irá concentrar o maior número absoluto de mortes.

De acordo com o coordenador da pesquisa, Alfredo Scaff, os dados mostram que a maioria dos diagnósticos acontece em fases muito avançadas da doença.

“Em nosso levantamento, 78% das pessoas que vieram a óbito foram diagnosticadas já nos estágios três ou quatro, o que reduz drasticamente as chances de cura”, alerta Scaff.

Segundo o coordenador, muitas vezes a doença se desenvolve de forma lenta, a partir de pequenos pontos que ao longo de anos podem se transformar em câncer. Além de sangue nas

fezes, os sinais de alerta incluem mudanças do hábito intestinal, como as fezes em fita ou diarreicas, dores abdominais persistentes e perda de peso sem causa aparente.

“As informações obtidas a partir do boletim evidenciam que homens e mulheres que foram a óbito pela doença tiveram seus diagnósticos nos estágios mais avançados”, complementa.

Os cânceres de cólon e reto, que atingem o intestino, são os terceiros mais frequentes do Brasil, com cerca de 45 mil novos registros por ano, de acordo com a estimativa do Instituto Nacional do Câncer para o triênio de 2023 a 2025.

Políticas públicas

Para Scaff, o alto índice de letalidade também demonstra a falta de uma política de detecção precoce do câncer colorretal. O diagnóstico da doença pode ser feito através do exame de sangue oculto nas fezes e da colonoscopia.

“Estudos internacionais mostram que em países com programas estruturados de ras-

treamento, a sobrevida em cinco anos pode ultrapassar 65%. Já no Brasil, os índices são inferiores: 48,3% para câncer de cólon e 42,4% para câncer de reto, revelando deficiências no acesso a diagnóstico precoce e tratamento oportuno”, diz o coordenador.

Entre as recomendações dos especialistas, além do rastreamento, é que homens e mulheres a partir dos 50 anos façam exame, como os testes de sangue oculto nas fezes e, se necessário, a colonoscopia. Pessoas com histórico familiar e outras condições de risco devem iniciar esse acompanhamento mais cedo, conforme a orientação médica.

“Para mudar esse cenário, é urgente que o Brasil adote um programa nacional organizado de rastreamento. Diferente de outros tipos de câncer, como mama e como colo do útero, ainda não temos um sistema que convoque de forma sistemática a população alvo para exames de de intestino e isso precisa mudar. A responsabilidade é coletiva”, complementa Scaff.